

Memória de Reunião Virtual Conjunta
Conselho de Entidades filiadas à Ascema Nacional, Condsef e Dentma/Condsef
ocorrida em 22/02/2024, das 17h30 às 119h30

Participantes:

1. ASIBAMA/TO - 1
2. ASIBAMA/RJ - 2
3. ASCEMA SP/PR - 2
4. AEMA/PE - 1
5. ASSEMMA/DF - 2
6. ASIBAMA/MG - 2
7. ASIBAMA/PB - 2
8. ASCEMA NACIONAL - 4
9. ASIBAMA/ES - 2
10. ASIBAMA/PA - 2
11. ASIBAMA/CE - 1
12. ASCEMA/RN - 2
13. ASIBAMA/GO - 1
14. ASIBAMA/SC - 3
15. DENTMA - 3
16. CONDSEF - 2

Pauta: Discussão sobre a contraproposta do MGI de 21/02/2024 apresentada na Mesa Temporária do Meio Ambiente.

ASCEMA Nacional (AN) abre a reunião e informa que o objetivo é discutir posicionamento/análise das filiadas sobre a nova devolutiva do MGI em 21/02/2024 e a previsão de realização de assembleias para posição dos servidores. Os sindicatos nos estados apoiarão as ações das filiadas., inclusive farão assembleias dos servidores nas unidades em que não existam entidades estruturadas.

CONDSEF informa que contribuiu na análise realizada pela Ascema Nacional, não havendo, portanto, avaliações adicionais àquelas constantes no Comunicado conjunto de 21/02/2024. Disponibilizarão as fotos encaminhadas por sindicatos nos estados (MA, MS, PI, PE) e farão publicação em perfil da Entidade e dos sindicatos de base sobre os 35 anos do IBAMA. A CONDSEF esteve presente no ato realizado no IBAMA.

PR questiona como está o diálogo com os parlamentares. Também questiona sobre a proposta de mudança na GDAEM.

AN informa que há colegas realizando esse trabalho no Congresso Nacional. É necessário que as entidades filiadas e os servidores façam o trabalho corpo a corpo com os parlamentares nas bases deles. Sobre a GDAEM, informa que o aumento na proporcionalidade da GDAEM na composição da remuneração (97% em relação ao VB em 2026) é uma proposta absurda, que afetará a todos os servidores e, principalmente, os aposentados.

DENTMA informou que a proposta foi mal-recebida em Rondônia, que conta com muitos servidores de nível intermediário. Além disso o aumento da proporcionalidade da GDAEM e outros adicionais não terem sido considerados. Houve rechaço imediato da proposta.

SP/PR informa que houve assembleia conjunta com o sindicato em SP, hoje no dia do aniversário do IBAMA. Houve contato com a deputada federal e presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e os colegas do PR deverão dialogar com ela. Relata a dificuldade de entendimento de alguns colegas em compreenderem o porquê de a comissão de servidores envolvida na negociação não poder negar de imediato a contraproposta do MGI.

AN informa que é necessário seguir o rito negocial e que as assembleias são soberanas para analisar as propostas do governo.

ES informa que nem será analisada a proposta, com base no que foi aprovado em assembleia anterior. Que só farão análise de proposta que se aproxime daquela encaminhada ao governo pela Ascema nacional. Questiona se não é uma perda de tempo discutir algo que não vale a discussão.

MG ainda não discutiu a proposta. Pondera que a temporalidade da proposta do MGI não bate com a nossa. Entende, por exemplo que, as gratificações de localização (bandas) são positivas. Sugere incorporar a Sede ao VB e as Bandas 2 e 3 seriam aplicadas nas localidades onde forem pertinentes. Que a nossa proposta pode ser reajustada, considerando que a própria ANA terá reajuste para o próximo ano. Sugere que parametrização incorpore a Banda I (Sede). Propõe que paralelamente façamos um ajuste na nossa proposta, com a estrutura apresentada pelo MGI; assim, caso o nosso VB+Gratíf ficar próximo do vencimento da ANA em 2026 na SEDE a gente dá o alinhamento para eles do que a gente está pedindo.

SC para aceitar os 20 níveis deve ser estudado cuidadosamente. Por exemplo, um servidor CI, aceitando a modificação, iria para BIV, ou seja, receberia menos do que recebido atualmente. Deve ser feita contraproposta solicitando o enquadramento do servidor pelo menos, na letra correspondente ao que ele ganha hoje somando o aumento que estamos pleiteando.

AN informa que a parametrização seria composta por VB+GDAEM. As demais gratificações seriam adicionais. Caso nosso VB + Gratificação na proposta do MGI fique próximo ao da ANA em 2026 na Sede, então poderemos discutir o que apresentarem.

AN comparando a contraproposta do MGI à nossa proposta original, relembra que a nossa proposta tem uma proporção maior de VB em relação à GDAEM (70/30) e que esta relação foi reduzida na última proposta do MGI. Que não solicitamos a gratificação de localização na forma apresentada pelo MGI e não foi considerada a GAR. Que não conseguiremos fugir dos 20 níveis para a Carreira, pois essa é uma exigência do MGI para todos os acordos efetivados. Com isso, teríamos que ajustar a nossa proposta aos 20 padrões propostas pelo MGI. Disse ainda que a diferença salarial entre analistas e técnicos é ponto central e não pode ser deixado de lado, assim como a parametrização com a ANA. Disse que a estratégia do MGI é aproximar (sem equiparar) à ANA, considerando o máximo possível que pode ser auferido na estrutura da Carreira (GQ3 com Banda3), independentemente da aplicabilidade disso ao conjunto dos servidores.

GO fala que ajustar os vinte níveis pode ser uma idéia interessante, diminuir uma pequena porcentagem do valor da GAR o GQ em relação ao solicitado. Que a proposta das bandas embora pareça interessante, não contempla os técnicos satisfatoriamente e é um artifício para aproximar da tabela da ANA, mas que como nossa estrutura remuneratória tem algumas gratificações e que a contraproposta nem passa perto da equiparação com a ANA. Propõe a elaboração de carta única para assinatura e apoio de artistas, políticos e entidades, para acrescentar e divulgar junto a todos os apoios já recebidos.

AN informou que a Ascema Nacional solicitará ao MMA uma reunião extraordinária da mesa setorial para tratar da definição das bandas, pois é necessário um trabalho conjunto entre Ibama e Instituto Chico Mendes para definir os municípios que integrarão as bandas e as especificidades dos órgãos precisa ser inserida nesse contexto.

Assemma destaca que em cidades com maior custo de vida, a exemplo de Brasília, não será possível fixar pessoas. Que a base salarial deve melhorar para todos, embora as bandas possam ser aplicadas cumulativamente a uma melhor remuneração de base.

SP/PR destaca a importância do consenso no CE. Que pela avaliação realizada pela AN e DENTMA, a proposta apresentada é algo diferente daquilo que apresentamos ao governo. Que deve ser rechaçada toda a proposta, pois as duas contrapropostas do governo sequer considerou a demanda dos servidores apresentada na reunião de 09/10/2023. Que poderíamos utilizar a indenização de fronteira aplicada a outras instituições e que consta nas nossas reivindicações (Lei nº 12.855/2013), ao invés das bandas. É necessário fortalecer o movimento, considerando inclusive que estamos em ano eleitoral. Que faz parte do jogo, eventualmente, rechaçar a proposta do MGI, para que consigamos que a nossa de fato seja analisada.

DENTMA entende que o debate talvez esteja açodado. Que a proposta apresentada pelo governo não contempla o que foi demandado pelos servidores. Que deve ser intensificada a mobilização. Que o IBAMA já estabeleceu metas inexecutáveis (GDAEM) para pressionar os servidores no processo de negociação.

TO destaca que a proposta do MGI embora tenha inserido a GQ, ainda está muito distante da nossa. Que não se deve flexibilizar nesse momento. Por que o governo não buscou de fato, uma aproximação com o que foi solicitado pelos servidores? Sugere que se discuta nas assembleias a possibilidade de se recusar a proposta. Que se solicite ao MGI agendamento da próxima reunião, comunicando o rechaço à proposta apresentada. Que enquanto o MGI não apresentar uma proposta que considere a equiparação com a ANA pela soma de VB+GDAEM, mantenha ao menos a atual proporção de VB e que se diminua a diferença entre analistas e técnicos. Definir que não abriremos a possibilidade de rever a nossa proposta.

SC entende que não é o momento de ceder. Que o governo tem utilizado dessa estratégia para medir a disposição dos servidores em se manterem na negociação. Os servidores em SC não aceitaram a proposta, embora ainda não tenha havido assembleia.

AN comenta que não tem a informações precisas sobre como será o enquadramento dos servidores na proposta apresentada pelo MGI. Que mais uma vez se posicionou na reunião da Mesa sobre as questões que envolvem as atribuições dos cargos alertando que deve ser feito um estudo para dimensionar a força de trabalho do MMA, SFB e autarquias, considerando as competências e especificidades de cada órgão para que os próximos concursos traduzam essa realidade. Que devemos intensificar o movimento, pois o MGI não tem interesse em apresentar nada que nos atenda.

SC destaca que o movimento atual demonstra a complexidade de nossa carreira e seu impacto na economia do país e na sustentabilidade que é tão destacada nos discursos governamentais. Que o não funcionamento da GAP prejudica a economia do país, como na importação de carros, exportação de madeira, entre outros. Que demonstrar o impacto na contribuição econômica do país ocasionado pela atividades dos servidores da nossa carreira aumenta o nosso poder de barganha junto ao governo.

MG questiona a possibilidade de fazer contraproposta mais alta que aquela apresentada pelos servidores anteriormente.

AN comenta que não é possível. Que a comissão que faz a negociação não tem autonomia para negociar por si. Que por pior que seja a proposta do MGI é necessário discuti-las com as bases. Que poderá chegar o momento de discutir nossa proposta, eventualmente num fórum nacional virtual, mas que ainda não é o momento.

MG sugere que a Ascema Nacional faça um comunicado/orientação para que os colegas nas bases compreendam as limitações do momento.

MG sugere parametrizar VB+GDAEM com a ANA, e os demais instrumentos seriam adicionais.

PB reafirma a importância de rechaçar a proposta do MGI e destacar a importância de considerarem nossa proposta, conforme as premissas que apresentamos. Concorde que podemos trabalhar paralelamente em outra tabela, aos moldes do que estão nos empurrando.

CONDSEF informa que decidiram iniciar a mobilização dos servidores do PGPE e PST, carreiras mais numerosas e que ganham menos. Retifica a informação de que não foram os servidores da FUNAI que pediram a equiparação com o meio ambiente, pois o parâmetro usado pela direção da Funai foi o das agências reguladoras e que o MGI impôs que o parâmetro deveria ser o da carreira de meio ambiente. Que a contraproposta do MGI traz alguns pontos de atenção em relação ao que foi apresentado pelos servidores: 1) a GDAEM chegar a 97% na relação GDAEM/VB. Lembra que a gratificação de desempenho deveria ser incorporada ao vencimento básico, pois esse tipo de gratificação foi concebido para permitir a demissão de servidores estáveis, após 3 avaliações negativas. Que ao se incorporar ao VB ela, vai para a aposentadoria; 2) a diferença entre técnicos e analistas, também muito distante da proposta apresentada pelos servidores. Além disso, informa que na questão do reajuste geral, o MGI ainda não tem a visão geral sobre o aumento de arrecadação que seria utilizado para aumentos remuneratórios dos servidores. Que teriam essa informação a partir de abril. Fala sobre a possibilidade de definir um índice de reajuste.

PA questiona quais são os próximos passos na mobilização para escalar o movimento.

AN informa que as entidades nos estados devem se aproximar dos parlamentares e que a mobilização precisa ser intensificada. Que o impacto econômico da mobilização dos servidores está sendo sentido pelo setor produtivo e pela sociedade.

CE ainda não marcou assembleia. Também não foi possível fazer a avaliação da contraproposta. De forma geral, os servidores ficaram muito decepcionados, principalmente em relação ao descaso apresentado pela Marina e Esther, à proporção nível superior/nível técnico e com a distância salarial para a carreira da ANA. Percepção de que é preciso superar o embate no MGI e passar a focar em ações que sensibilizem o Presidente Lula, a Casa Civil e Ministério da Fazenda.

TO sugere que se discuta nas assembleias a manutenção e o fortalecimento da mobilização, e reforçar o trabalho de convencimento junto aos servidores do ICMBio. Ações como fechamento de parques, atrasos em realização de concessões etc. seriam importantes. Da mesma forma, sugere ações que consigam pressionar o governo junto aos servidores do MMA.

AN destaca a importância de se apresentar resposta ao MGI indicando quais são os problemas existentes na proposta deles: fosso entre salário dos técnicos e analistas; o

valor da GQ; o posicionamento dos ativos e dos aposentados nas tabelas com 20 níveis; a dificuldade para manter servidores nas sedes, principalmente devido ao alto custo de vida, dentre outros.

SC sugere que se tente alcançar outras mídias alternativas, como Eloísa Vilela/ICL, para , para entrevistas e podcasts , a fim de maior visibilidade/ repercussão da nossa mobilização. Que as Associações estaduais e a Ascema Nacional enviem ofício para Janja, solicitando apoio e intervenção junto ao Governo Federal, demonstrando todos os nossos valores, ambiental e economicamente. Há rumores que o Lula está sendo blindado dos nossos apoios políticos e das nossas reivindicações, bem como, de nossa demonstração de potencialidade de arrecadação e superávit. Servidores do Ibama fizeram reunião com a FIESC e a Federação ficou de emitir uma carta de apoio às reivindicações dos servidores da Carreira.

Assemma informa que esse trabalho de outras mídias começou a ser realizado a gestão anterior da AN. Informa que as frentes parlamentares ficaram de procurar o MGI e fazer outros contatos para nos apoiar. Lembra da importância do contato com os parlamentares, pois esse ano haverá eleições no estados (exceto no DF) e isso pesa quando eleitores (servidores) procuram os parlamentares em suas bases. Disse que existe uma expectativa de um apoio conjunto das ONGs ambientalistas em documento a ser disponibilizado no começo da semana que vem e que os parceiros das ONGs também estão ajudando nos bastidores.

Por fim, vários estados relataram que houve ofícios de parlamentares de diferentes partidos apoiando a mobilização e reivindicação dos servidores.

Encaminhamentos:

- 1) Entidades filiadas e servidores devem intensificar o contato com parlamentares nos estados;
- 2) ASCEMA Nacional e Condsef deverão elaborar e divulgar informe sobre o rito negocial e a discrepância entre as propostas que nos foram apresentadas em relação à que enviamos ao Governo;
- 3) Trabalhar junto aos colegas do ICMBio para aumentar a adesão e realizar ações de impacto na autarquia;
- 4) Elaborar carta única para coleta de assinatura e apoio de artistas, políticos e entidades, para acrescentar e divulgar junto aos apoios já recebidos.

Datas das próximas assembleias dos servidores:

RO 23/02 (sindicato);

PE 26/02;

SC 26/02 (a confirmar);

DF 26/02;

PA 26/02;

RN 26/02;

SP/PR 27/02 (virtual);

RJ 27/02;

Assemma 27/02;

ES 28/02;

MG ainda não agendou;

CE ainda não agendou;